



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

6 | MUNICÍPIOS

25 a 31/07/2016

WhatsApp: (79) 99634-5646
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

 www.cinform.com.br

LAGARTO

CASO MARATÁ

Julgamento de ação cível ocorre hoje. Abel Menezes acusa José Augusto Vieira de usurpar quatro bens imóveis, os quais ele teria conseguido transferir para seu nome falsificando assinaturas

D'RODRIGUES/ARQUIVO CINFORM

■ Há cerca de um mês, o Cinform contou a história de Abel Menezes Almeida, um empresário lagartense que, ao fazer negócio com José Augusto Vieira, do Grupo Maratá, foi surpreendido com o que ele chama de golpe.

Abel Menezes garante que José Augusto, de forma leviana, inclusive usando artifícios como falsificação de assinaturas e adulteração de páginas contratuais, acabou usurpando diversos bens imóveis e fraudando os valores que envolviam a transação, gerando-lhe um prejuízo milionário.

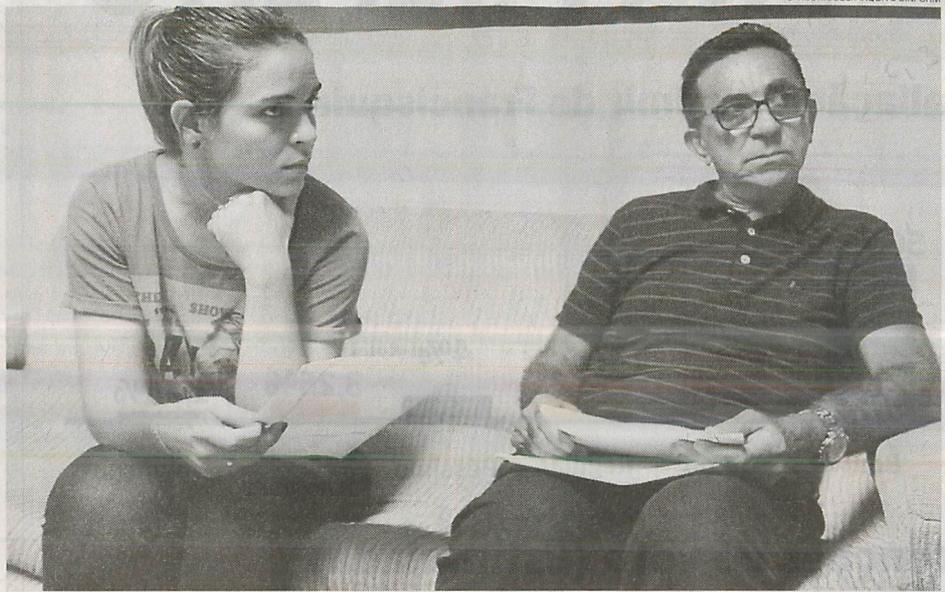
Depois de muita polêmica em torno do caso, o julgamento do recurso de uma ação que corre em vara cível - há outra na criminal - ocorre hoje. Abel Menezes está esperançoso. Ele acredita que a desembargadora responsável pelo caso deverá ficar do lado da Justiça.

JUSTIÇA

“Optando pela Justiça, ela estará do nosso lado, pois foi ele quem nos deu um golpe”, desabafa Abel Menezes. “Com muita humildade, apelo para que a desembargadora se sensibilize no mérito do processo, pois está existindo uma grande contradição”, acrescenta Abel.

Está se referindo ao julgamento anterior, na Comarca de Lagarto, cuja decisão foi favorável à filha dele, Deyse Monique do Sacramento Almeida, que, na época, era responsável legal pelos imóveis e também pela negociação feita com José Augusto.

Segundo Abel, na sentença, a juíza determinava que houvesse publicação da decisão em jornais onde ele tivesse negócios. Ele recorreu ao Tribunal. “A desembargadora



Pai e filha depositam esperanças na Justiça

julgou a apelação dele e suspendeu a decisão de Lagarto”, conta.

APADRINHAMENTOS?

Agora, ele espera um outro resultado. “Hoje, a Justiça tem que dar bom exemplo. Está aí o Sergio Moro, juiz jovem e dinâmico, que está mostrando que o poder econômico e o apadrinhamento não funcionam mais”, argumenta Abel Menezes.

“Não é à toa que diversos políticos estão presos em virtude dessas operações em todo o Brasil. E por que essa impunidade, aqui, em Sergipe? Por ser um empresário articulado, como o advogado dele diz?”, questiona.

Abel afirma que o advogado de José Augusto, João Menezes, chega a mandar recados para ele desistir, pois José Augusto teria amigos influentes em diversas instâncias e jamais perderia uma causa. “Constantemente recebo esses recados. Ele diz que não tenho prestígio nem na política nem no Judiciário, como José Augusto o tem”, assegura.

PREJUÍZOS

Além disso, Abel conta que o dono da Maratá já chegou a vender dois dos quatro imóveis que teria passado ilegalmente para seu nome. “Ele descumpra a Justiça porque acha que está acima dela, que, por ter dinheiro, não precisa respeitá-la”, diz.

O objetivo de Abel Menezes é reaver seu patrimônio. “Trabalhei muito para ter alguma coisa para minha família”, destaca. “Além de perder os imóveis, ainda tem meu constrangimento. É duro você estar sempre preocupado, sempre com medo de que algo lhe aconteça”, desabafa.

Caso a decisão seja favorável à família, Abel diz que o processo criminal continua, já que interessa ao Ministério Público. “Hoje, ele fez comigo; amanhã, pode ser com outros, como já ocorreu. Só que as pessoas têm medo, não têm a coragem que eu tive. Todo mundo acha que ele compra a lei. Eu espero que não”, comenta. ■